

VIAGEM A SERVIÇO DO ESTADO:

epidemia de *febres intermitentes* como justificativa para a
implantação da pecuária no Sudeste do Pará (1890-1910)

TRAVEL AT THE SERVICE OF THE STATE:

epidemic of intermittent fevers as a justification for the implantation of livestock in
Southeast Pará (1890-1910).

Heraldo Márcio Galvão Júnior¹

José Carlos dos Santos Júnior²

Artigo recebido em: 24/07/2020.

Artigo aceito em: 18/01/2021.

RESUMO:

No século XIX o Pará conheceu um enriquecimento a partir do látex, mas também epidemia de malária e escassez de alimentos. Para sanar estes problemas, Lauro Sodré, governador do Estado, concedeu incentivos “civilizatórios” e financiou viagens de fiscalização, como a de Ignácio Moura à Itacayunas em 1896. Este defendeu a pecuária e o saneamento rural como chaves do desenvolvimento local, identificando as febres intermitentes (malária) como entraves. Assim, com base teórica da História Social e Política, apoio metodológico da análise textual discursiva e por meio da fonte literatura de viagem, objetivamos analisar a construção do discurso político-social que utiliza as doenças adquiridas nos castanhais como justificativa para se alterar a dinâmica econômica regional.

PALAVRAS-CHAVE: Ignácio Baptista de Moura; malária; sudeste do Pará; pecuária; viagens.

ABSTRACT:

In the 19th century, Pará experienced an enrichment from latex, but also an epidemic of malaria and food shortages. To remedy these problems, Lauro Sodré, governor of the state, granted “civilizing” incentives and financed inspection trips, such as Ignácio

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Graduado em História pela Unesp. Mestre em História pela Unesp. Doutor em História pela UFPA. Bolsista Prodoutoral CAPES. Bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche CAPES - École des hautes études en sciences sociales/Paris. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Arte e Literatura (GEPHAL). Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0736849120036197>. Endereço de e-mail: heraldogalvaojr@gmail.com.

² Graduando em História na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, fazendo parte da iniciação científica “Sul e Sudeste do Pará: identidade e história pela ótica de Ignácio Baptista de Moura (1890-1910)”, orientado pelo professor Heraldo Márcio Galvão Júnior. Link do Currículo Lattes: Endereço de e-mail: Jun4nh0santos@gmail.com.

Moura's to Itacayunas in 1896. He defended livestock and rural sanitation as keys to local development, identifying fevers intermittent (malaria) barriers. Thus, based on the theoretical basis of Social and Political History, methodological support of discursive textual analysis and through the source travel literature, we aim to analyze the construction of the political-social discourse that uses diseases acquired in chestnut trees as a justification for changing the economic dynamics regional.

KEYWORDS: Ignácio Baptista de Moura; malaria; southeast of Pará; livestock; travels.

1. Introdução

Em meio à nascente República brasileira, cujo primeiro governador do estado do Pará foi Lauro Sodré, os engenheiros estiveram à frente da historiografia. Esse entrelaçamento entre história e engenharia fez com que houvesse um contato próximo com a geografia com a finalidade de se pensar um projeto político para a Amazônia. A partir de uma mentalidade positivista, buscou-se com a história compreender e interpretar o passado com o objetivo de incluí-la na modernidade e em uma tradição de civilidade, ou seja, identifica-la enquanto local de progresso. Já a geografia foi utilizada como instrumento para se analisar o território, vislumbrar suas identidades e gerar subsídios para as ações do governo (MORAES, 2009). As regiões do Sul e do Sudeste paraense foram levadas em consideração como locais onde poderia haver um maior desenvolvimento econômico, o que geraria proventos, inclusive, aos cofres públicos.

A construção pelos modernistas da ideia de uma Belém moderna (COELHO, 2005), equivalente a cidades como Belo Horizonte e São Paulo, contrastava com um interior pouco habitado e “civilizado”, o que necessariamente colocava os indígenas no cerne das considerações. Ao mesmo tempo em que eram considerados um entrave ao progresso, o índio romantizado, cuja espelho era o branco europeu, produziria uma arte semelhante à dos gregos, por exemplo. Mesmo que a intenção fosse exaltar as artes, as considerações sempre eram feitas em comparação a um passado europeu, o que acabava gerando a ideia de desenvolvimento brasileiro pela perspectiva positivista, pois o desenvolvimento das sociedades ocorreria de maneira idêntica em

todas elas. Assim, o indígena, comparado aos gregos, estaria em um estágio de desenvolvimento ainda inicial, porém caminhando para o progresso.

Equivalentemente, os olhares foram orientados em direção ao interior paraense, localidade para a qual foram direcionados pelo governo alguns engenheiros com itinerários distintos. Esses, em geral, possuíam uma visão própria acerca da natureza e da modernidade, um lugar de fala que pretendia civilizar tanto Belém quanto as terras do Sul e do Sudeste do Pará. Estes engenheiros foram muito atuantes na fundação de instituições que agremiavam grupos intelectuais, como o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1917), o Club de Engenharia do Pará (1918), a Escola de Agronomia do Pará (1919), o Centro Pedagógico do Pará (1920) e a Universidade Livre do Pará (1924). Eles, enquanto intelectuais, podem ser considerados como produtores culturais (WILLIAMS, 1992) e como “intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 2000, p. 18), isto é, ligados a instituições e formas de pensar.

Tais agremiações supracitadas geraram o “Comitê Patriótico”, do qual fazia parte Ignácio Baptista de Moura. Por compartilharem princípios, valores, maneiras de pensar e de compreender o mundo, podemos compreender parte do sistema social no qual estavam inseridos. Segundo Williams (1992), o sistema social é a somatória do sistema econômico, do sistema político e dos sistemas geracionais, possuindo cada um deles suas especificidades, mas todos interligados pela cultura. Segundo Williams, o que o historiador cultural estuda

são as práticas sociais e as relações culturais que produzem não só “uma cultura” ou “uma ideologia” mas, coisa muito mais significativa, aqueles modos de ser e aquelas obras dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas continuidades e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais (WILLIAMS, 1992, p. 29).

Clifford Geertz (1989), antropólogo norte-americano, compreende o homem enquanto animal unido por “teias de significados”. A cultura está inserida justamente nestas teias tecidas pelos próprios homens, possuidores de motivações e objetivos próprios. Raymond Williams (1982), ao considerar o *bloomsbury group*, demonstra que ao analisar grupos intelectuais por um viés sociológico deve-se responder a duas

indagações principais: 1. Quais ideias, atividades e valores partilhados asseguram essa amizade partilhada que os une e, ao mesmo tempo, os diferencia de outros grupos culturais? 2. Essa amizade é indicativa de fatores sociais e culturais mais amplos? Em qual sentido? Consideramos todas estas questões entre intelectualidade.

Assim, considerando que as publicações nunca são apenas individuais, as publicações provenientes deste grupo são projetos amplos, de caráter coletivo, ou seja, são pontos de encontro de itinerários individuais reunidos em torno de uma ideia comum; microcosmo em que intelectuais organizam suas redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1996), difundem ideias e garantem seus sustentos. Além disso, pode-se considerar estas instituições como lugares de memória que podem nos sugerir adesões e exclusões de ideias no campo intelectual que deixa entrever a dinâmica de ideias que configuram um dado momento histórico (PLUET-DESPATIN, 1992).

Lauro Sodré, governador do estado do Pará, era próximo destes engenheiros e destas agremiações no final o século XIX e início do século XX. Ele pretendia desenvolver as regiões do interior a partir de modificações do seu espaço, da sua economia e de uma colonização interna seguindo os preceitos capitalistas. Com esta finalidade defendeu o povoamento, a ampliação da atividade agropastoril e a atividade extrativista. Além de custear viagens exploratórias, fez concessões a migrantes, como a Carlos Leitão, que ficou responsável pelo desenvolvimento de um Burgo Agrícola em Itacaiúnas, na região Sudeste do estado. A intenção era que, devido à alta atividade extrativista que absorvera a mão de obra, Leitão desenvolvesse a agricultura devido à escassez de alimentos. Com esta intenção, também reduziu os impostos sobre o cacau em 4% e sobre a castanha do Pará em 16%. Carneiro (2018) e Weinstein (1993) afirmam que Sodré ainda reduziu impostos sobre os alimentos e manufaturas, incentivou a produção de cana de açúcar e concedeu auxílio de cinco ou sete contos de réis a qualquer pessoa que se lançasse à produção agrícola propícia.

A fim de viabilizar a exploração e a fiscalização dos acordos firmados entre os colonizadores e o governo, Lauro Sodré enviou o engenheiro Ignácio Baptista de Moura em 1896 para a região sob os cuidados de Carlos Leitão, cujo relatório foi

publicado, em livro, no ano de 1910 sob o título *De Belém a S. João do Araguaia: valle do Rio Tocantins*. Assim, em defesa da atividade agrícola e pastoril, Moura vai descrevendo, em seu relato, a natureza, a topografia e a perspectiva de transformação da natureza em campos para pastos e plantações. Chamou nossa atenção que, em sua narrativa, ao mesmo tempo em que vai construindo a ideia de uma região com grande potencial agropastoril, a atividade extrativista, especialmente em castanhais, adquire sentido negativo devido às doenças que assolam este ambiente de trabalho. Dessa maneira, este artigo tem o objetivo central de compreender, por meio da viagem de Ignácio Moura à região Sudeste do Pará, como foi construído um discurso higienista que utilizava as “febres intermitentes”, isto é, a malária, como justificativa para que a mão de obra fosse direcionada aos campos e pastos e não mais aos castanhais, haja vista que os consideravam perigosos. Partimos da hipótese de que a malária foi utilizada como mais uma ferramenta política para que sua ideia de desenvolvimento do interior paraense fosse levada à cabo.

É importante destacar que esta região para a qual Moura fora designado para fornecer subsídios ao governo estava em transformação e os resultados registrados em seu relatório não atingiram de imediato as populações e sua relação com a cidade. Isto irá ocorrer com mais intensidade no decorrer do século XX com a formação de latifúndios, ampliação da criação de gado, extração de madeira, mineração, entre outros aspectos que não abarcam os objetivos deste artigo. Nosso recorte temporal e espacial é justificado pelas intenções políticas dos nascentes governos republicanos paraenses em desenvolver a região sudeste do estado a partir de prerrogativas positivistas com anuência dos engenheiros que procuraram identificar as melhores atividades econômicas a serem implementadas na região, o que coloca a malária na questão do dia. O Burgo do Itacayunas era uma das regiões centrais para este planejamento estatal.

Para que possamos compreender a construção destes discursos, o presente artigo foi dividido quatro partes. Em um primeiro momento é necessário discutir as relações entre Espaços e História a partir do contexto do surgimento das cidades

amazônicas do interior do Pará com foco no Burgo de Itacayunas para, em seguida, apresentar o deputado Ignácio Moura, sua perspectiva historiográfica e de desenvolvimento a partir de sua formação como engenheiro. Em seguida serão discutidas mais profundamente sobre as intenções da viagem de Moura de Belém a São João do Araguaia, suas conclusões sobre as possibilidades de desenvolvimento econômico para, por fim, averiguar de que maneira o autor relaciona a malária como justificativa para a implantação da pecuária.

2. Cidades “na” e “da” floresta

A formação das cidades amazônicas, especificamente do Pará, remonta os tempos da colonização quando, no período da União Ibérica, iniciou-se a ocupação militar que culminou com a fundação de Belém em 1616, Macapá em 1636 e Manaus em 1665, locais em que foram construídas fortificações a fim de afirmar a soberania política portuguesa na região. Com os mesmos objetivos criou-se o estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621, com sede em São Luís e, com a crescente importância política e econômica de Belém, foi criado o estado do Grão-Pará e do Maranhão em 1751. Nesta primeira fase, as primeiras vilas, estados, capitânicas e cidades foram sendo desenvolvidas na região norte e nordeste paraense, como as vilas Cameté (1633), Gurupá (1639) e Bragança (1663). No século XVIII houve a interiorização da colonização com fins de captura do índio ou, como era chamado, o “descimento indígena”. Devido ao indígena da Colônia portuguesa não poder ser escravizado por existirem leis que restringiam legalmente esta prática de algumas maneiras, objetivava-se introduzir o indígena nos modos de trabalho produtivos europeus. De maneira resumida, o objetivo dos descimentos era transferir povos inteiros para aldeias que ficavam próximas aos povoados dos portugueses para que sua mão de obra fosse utilizada.

Especificamente em relação ao Sul e Sudeste do Pará, ainda no período colonial – primeira metade do século XIX –, houve um processo de expansão pastoril

vinda da Bahia, passando pelo Maranhão e chegando aos rios Tocantins e Araguaia. Este processo ocorreu devido ao caráter agroexportador da colonização brasileira promovida por Portugal, pois devido à crescente demanda mundial do açúcar, os latifundiários ocuparam cada vez mais terras, forçando os criadores de gado a irem cada vez mais ao interior do país, chegando à região (VELHO, 2009).

De maneira geral este panorama ocorreu até a segunda metade do século XIX quando a extração da borracha assumiu importante papel na realidade política e econômica da região. Foi responsável por certa interiorização do território, mas sem atingir com levas de imigrantes a região sul e sudeste do Pará³, especialmente pelos rios Itacaiúnas e Tocantins. Segundo Edna Castro (2008) e Saint Claire Trindade Júnior (2010), ocorreram dois processos de formação das cidades da Amazônia, gerando dois tipos de cidades diferentes, a saber, as “cidades da floresta” e as “cidades na floresta”⁴.

Segundo Trindade Júnior, as “cidades da floresta” eram mais comuns até a década de 1960, tendo pequeno porte e cuja vida dos moradores girava em torno do rio, ou seja, as pessoas possuíam fortes ligações com a dinâmica e com o ritmo da natureza ainda pouco explorada, da vida rural não moderna e basicamente ribeirinha. Já as “cidades na floresta” surgiram a partir de incentivos ou incrementos políticos e econômicos externos à região, fazendo com que a floresta não fosse integrada aos novos valores da realidade urbana e, inclusive, negada enquanto empecilho ao progresso econômico. O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, em *Amazônia, Amazôniaas* (2001), usa outros termos para definir estes dois tipos de cidades. O professor identifica, como Trindade Júnior, dois padrões de cidades na Amazônia, o Rio-Várzea-Floresta, que predominou até a década de 1950 e organizou-se às margens dos rios, e o padrão Rodovia-Terra firme-Subsolo, que tem início com a implantação da rodovia Belém-Brasília, cuja característica principal é a organização social a partir

³ A extração do látex é iniciada no Pará no século XIX, entretanto seus efeitos foram sentidos no Sul e Sudeste do Pará mais tardiamente.

⁴ A nosso ver, aqui se encontra as grandes diferenças culturais encontradas entre as regiões do Pará, essencialmente em relação a norte e nordeste, de um lado, e sul e sudeste, de outro. Talvez possamos encontrar as raízes da tentativa de divisão do estado do Pará levada a cabo em 2011.

da rodovia e com atividades voltadas essencialmente para pecuária, agricultura e mineração.

Dessa forma, a região do sudeste paraense, antes habitada por indígenas, foi sendo habitada por migrantes, alterando as relações das pessoas com a natureza. A criação do Burgo Agrícola de Itacayunas, uma incipiente “cidade na floresta”, fez com que as relações de poder fossem dirigidas em direção ao seu “líder”, Carlos Leitão, que ditava as regras, organizava a vida e o direcionamento econômico das terras. Entretanto, muitas vezes suas ações contrastavam com as intenções governamentais de Lauro Sodré, motivo pelo qual direcionou Ignácio Moura para a região.

3. Engenheiro-historiador-geógrafo à serviço do estado: objetivos iniciais da viagem

Ignácio Baptista de Moura (1857-1929) nasceu em Cametá, município à margem esquerda do Rio Tocantins. Segundo Tarcísio Moraes:

Era filho do coronel João de Moura, veterano da Guerra do Paraguai, herói entronizado pelo próprio filho na galeria de paraenses ilustres. Ignácio Moura se mostrou sensível à literatura romântica, cujo modelo espelha o desejo de uma ligação umbilical com o Velho Mundo. Militante da causa republicana e abolicionista, juntou a isso uma ampla perspectiva civilizatória, imiscuída por certo conteúdo socialista, marcado pelo sentimento de benevolência às camadas pobres e pela aversão à escravidão. (...) Segundo essa leitura, a história da Amazônia somente entraria na linha mestra do progresso das nações modernas, na medida em que limpasse seu passado de autoritarismo e tirania (MORAES, 2009, p. 26-27).

Para isso, Moura acreditava na valorização do trabalhador e no “desenvolvimento” cultural das classes baixas. A educação teria, assim, lugar de destaque, fato que o levou a produzir cartilhas “ao modo da Terceira República Francesa” para as escolas primárias paraenses. Nestas cartilhas continham informações analisadas por Moura em diversos estudos, como a análise histórica, econômica e geográfica do estado do Pará apresentada na Exposição Universal de

Chicago em 1897, na exposição artístico-industrial do Liceu Benjamin Constant e em sua participação em diversas instituições intelectuais (FIGUEIREDO; MORAES, 2007).

Em 1900, em meio ao centenário formal da chegada dos portugueses ao Brasil, publicou *Geographia política do Estado do Pará* no livro *O Pará em 1900* e, com Estephanio Silva, *Vultos e descobrimentos do Brasil e da Amazônia*. Com o mesmo tema publicou *De Belém a S. João do Araguaia* em 1910, livro advindo de seu relatório e no qual debateu sobre a geopolítica da Amazônia com o casal francês Coudreau. Nele narra sua viagem ao Burgo de Itacayúnas, em companhia de amigos, local onde “homens e riquezas” estavam à espera do progresso.

Ignácio Moura perpassa por temas variados ao conhecer determinados espaços, característica comum às literaturas de viagem. A construção do seu texto, entretanto, não carrega o sentido de relatório, afinal demorou quase 15 anos após a viagem para publicá-lo. Teve tempo de maturá-lo. Segundo Leed (1992), esse tipo de fonte carrega metáforas e símbolos que exprimem a ideia de vida e de morte. A morte é considerada como passagem por regiões desconhecidas e a vida como a trajetória. Para analisar estes relatos, tem-se como apoio metodológico a Análise Textual Discursiva, determinada como metodologia que envolve um conjunto de técnicas de pesquisa, em abordagem interdisciplinar, cujo objetivo é buscar sentido ou sentidos no texto, produzir inferências, como podemos perceber a partir do seguinte trecho:

A Análise Textual Discursiva pode ser caracterizada como exercício de produção de metatextos, a partir de um conjunto de textos. Nesse processo constroem-se estruturas de categorias, que ao serem transformadas em textos, encaminham descrições e interpretações capazes de apresentarem novos modos de compreender os fenômenos investigados (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 89).

Estas narrativas de viagens podem ser agrupadas em três tipos: científicas, pessoais e à serviço do país (COSTA, 2006). Nesse sentido, no caso deste artigo, interpretamos a viagem de Moura como sendo à serviço do estado, pois é ligada principalmente às intenções do poder político (COELHO, 2017).

Entre fins do século XIX e início do século XX, com o nascente regime republicano, tornou-se cara às elites a eleição de símbolos identitários que representassem a nova forma de governo e viagens aos “sertões” do país foram incentivadas. Paralelamente, os conflitos rurais geraram disputas por terras e as migrações colocavam em risco os limites territoriais em regiões como o Maranhão e o Tocantins. No Pará, a fim de integrar e conhecer as especificidades destes interiores, ocorreu a viagem de Ignácio Baptista de Moura, em 1896. Moura, deputado à época, nesta viagem “à serviço do país” objetivava escrever um relatório sobre a região do Araguaia, em especial Burgo Agrícola de Itacayunas, atual cidade de Marabá. Tal relatório foi publicado em livro apenas em 1910 sob o título *De Belém à S. João do Araguaya*. O principal objetivo desta viagem era verificar as condições gerais deste burgo e analisar suas condições de colonização ocorrida a partir de subsídios do governo estadual. A região de Itacayunas havia sido concedida pelo governo do Pará a Carlos Leitão com a finalidade de se formar uma vila e que lá se desenvolvesse a pecuária e a agricultura (CORMINEIRO, 2015). Moura explica os objetivos da viagem:

Effectivamente, commissionedo pelo Governo do Pará, fiz a mais encantadora viagem da minha vida, visitando essa extensa zona da minha terra, onde riquezas e homens esperam a hora abençoada de maior patriotismo para receber a consagração do valor e direitos estatuidos. Na noite de 4 de Março de 1896, a bordo da lancha *Alcobaça*, acompanhado de alguns amigos e auxiliares, sahi do porto de Belém (Pará), com o fim de inspeccionar o burgo Itacayuna, onde, com os favores do Estado, o celebre Coronel Carlos Leitão, era colônia agrícola, recolheu os seus infelizes comparsas de infortúnio, foragidos da guerra civil da Boa-Vista (Goyaz).

Era uma das mais bellas noites tropicaes. Céu límpido e estrellado, bahia calma, e uma viração suave e commoda, temperavam a atmosphaera de um conforto, que convidava o espirito a cogitações e estudo. (MOURA, 1910, p. 1-2)

Com palavras que nos remetem inevitavelmente a um texto literário, além da característica investigativa do relatório, Moura inicia defendendo que aquelas “riquezas” e aqueles “homens” não faziam parte da civilização, pois eram estáticos, passivos. Tanto a natureza quanto os homens, colocados lado a lado ou tratados como semelhantes, apenas esperavam o momento para serem abençoados com o

patriotismo. Houve um desprezo pela sua realidade vivida, pela sua cultura, crença, vida. A consagração do “valor e direitos” aos quais eles estariam predestinados pela civilização do norte do estado seria justamente o desenvolvimento da região nos moldes modernos e capitalistas. Entretanto, Carlos Leitão é visto como civilizador. Recebera de Lauro Sodré, em 1895, 10 contos de réis com a finalidade de colonizar e explorar a região. Como ponto inicial da colonização, o burgo foi formado na praia dos Quindangues, à margem esquerda do rio Tocantins, 8 km a jusante da foz do rio Itacaiúnas, em sítio alto e livre de enchentes (VELHO, 2009).

Carlos Leitão e seu grupo foram para o sudeste paraense devido às disputas políticas ocorridas na região de Boa Vista, atual Tocantinópolis/TO (EMMI, 1988). Sendo florianista⁵, foi recebido no estado por Lauro Sodré, cujas intenções de desenvolvimento da região já se mostravam explícitas para a manutenção do território perante a migração. Subsidiando a ocupação de Leitão e impondo severas condições, exigiu a implantação de um burgo agrícola e a formação de pastagens (BARROS, 1984; SANTIAGO, 2006). Todavia, a grande quantidade de caucho existente na região fez com que a mão de obra fosse em direção ao extrativismo, alterando as relações entre os antigos colonos e efetivando a predominância do capital mercantil. A pecuária ocorria apenas em pequenas localidades, como em ilhas no rio Tocantins próximas ao burgo. A pecuária é basicamente para abastecer a pequena comunidade

Sodré, enquanto defensor da economia positivista e de teorias econômicas conservadoras (WEINSTEIN, 1993), defendia o aumento da atividade agropastoril exportadora, como demonstra o trecho a seguir, retirado de uma mensagem ao *Congresso do Estado do Pará*, em 1893:

Já no mesmo ano de 1868, falando da situação da lavoura e da irresistível atração que naturalmente leva para a indústria da borracha todos os

⁵ Aldair José Dias Carneiro (2018) traz nova interpretação sobre a relação entre Lauro Sodré e Carlos Leitão. Segundo ele, a historiografia tradicional considera que Sodré concedeu empréstimo a Leitão para assegurar a posse e o desenvolvimento da região. O autor defende que o desenvolvimento do sudeste paraense já estava nos planos do governo estadual e que Sodré havia se aliado a Leitão devido aos dois terem como princípio o positivismo comtista, embora com intenções divergentes para com a região.

homens à cata de mais alta remuneração do trabalho, assim que quase todos os braços livres abandonam a agricultura e lavradores não encontram já recursos suficientes para continuarem a aproveitar a terra. Desde 1863 que o sr Araújo Brusque clamava contra esse estado de coisas, referindose a agricultura em termos que traslado: ‘E os braços que emprega são sempre móveis cedendo as vantagens que lhes afigura a colheita dos produtos naturais, fogem ao trabalho regular, não se fixam e rolam soltos de mata em mata sem deixar em suas passagens por esses laboratórios da natureza, outros vestígios que não sejam a destruição das árvores que tão grandes riquezas lhe oferecem (SODRÉ, 1983, p. 25)

Assim, em defesa da economia agropastoril para a região concede subsídios a Carlos Leitão, que inicialmente concordou com as exigências, mas que posteriormente deu preferência para a atividade extrativista. Faz-se necessário compreender que Sodré não desejava acabar com a atividade extratora, pois era muito rentável, mas aproveitar “a superabundância de braços (...) que vivem da indústria extrativa” (SODRÉ, 1983, p. 22) na agricultura para assim contemplar o progresso paraense. Para isso, a colonização do sudeste paraense se fazia necessária. A possível quebra do “contrato” de Leitão com Sodré foi suficiente para que o governo bancasse viagens à região.

4. Febres intermitentes como justificativa para o desenvolvimento da pecuária

Ao chegar ao distrito ou povoação do Lago Vermelho, região próxima ao Burgo Agrícola do Itacayunas, Moura identifica uma pequena povoação dividida em três grupos com seis a oito casas, onde “galinhas mariscavam e cabras pastavam num silencio beatífico, enquanto as mulheres, descuidosamente, na sala aberta das casas, fiavam à roca ou catavam o milho extendido nas esteiras enxutas. Parecia reinar ali a constituição da primitiva vida patriarcal” (MOURA, 1910, p. 245). Esta vida patriarcal primitiva, em oposição aos anseios civilizatórios do viajante, contava com pequenas criações, pequenas áreas agrícolas e apenas um forno de farinha; faltava modernização. Sua descrição revela formas de produção agrícola e pastoril obsoletas e incompatíveis com as intenções de se formar um burgo agropastoril forte em Itacayunas. Havia, neste final do século XIX, projetos políticos e intelectuais que

consideravam que o progresso e o desenvolvimento do estado partiriam da floresta e dos espaços rurais, mas para isso deveria ser modificado, pois um dos entraves para se chegar a esse progresso seria uma natureza bastante fértil tratada a partir de uma agricultura rudimentar (LACERDA; VIEIRA, 2015). Segundo este projeto, o progresso poderia ser atingido a partir de três preceitos, a correção dos excessos da natureza, o ensino agrícola e o saneamento rural.

Nesta perspectiva, Moura defendia a implantação, na região, da pecuária, dada sua peculiaridade:

A realização deste melhoramento daria como resultado o estabelecimento de uma colônia pastoril de mais futuro que a pequena colônia agrícola já existente, produzindo despezas e utilizando a verdadeira vocação daquelles habitantes, que sempre foram criadores e só cultivam a terra por necessidade, para tirar desta o preciso á sua subsistência.

Existiam então no Burgo Itacayuna, em domicilio próprio, 222 habitantes, compostos na maior parte de orphãos e mulheres, constituindo 55 familias agrícolas. As barracas em que se acham morando essas familias eram em numero de 28 e quasi todas mal construídas, garantindo-me, entretanto, o concessionário que, para realizar a discriminação dos lotes, só esperava a chegada de um engenheiro que ordenasse a construção definitiva das casas, que deverão ser de madeira de lei, do que ha grande cópia nas matas circumvizinhas, e cobertas de telha. (MOURA, 1910, p. 253)

Determinada a atividade econômica ideal para a região com base em sua topologia e intenções políticas, Moura prossegue defendendo a educação católica e agropastoril. Conforme o acordo feito com Sodré, Leitão deveria erguer escolas na região, o que não havia sido feito até aquele momento. Segundo Moura, Leitão informou não ter feito ainda pois não sabia a melhor localidade para receber as escolas. Moura então define o lugar e informa que deveriam ser duas escolas, uma para meninos e outra para meninas (MOURA, 1910, p. 254). O ensino, segundo o autor, deveria ser religioso, direcionado ao trabalho e sempre apresentando noções de higiene e de saneamento rural. Ao que parece, o autor defende que a adoção do sistema agropastoril somado à educação para o saneamento rural auxiliaria na contenção de doenças tropicais, como as “febres intermitentes”. De acordo com

Martins Costa (1885), a doença malária era conhecida por diversos nomes, como paludismo, maleita, febres intermitentes ou febre sazonal.

No fim do século XIX irrompeu uma grande epidemia na Amazônia. A borracha tornou-se uma matéria-prima preciosa, fazendo com que o látex gerasse riqueza imediata. Embora sua extração ocorresse de maneira penosa, a possibilidade de enriquecimento levou uma legião de nordestinos para a região, gerando uma cultura do extrativismo seringueiro, a ampliação da miscigenação e ampliando tal epidemia. A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, pensada para escoar esta produção e evitar o trecho encachoeirado do rio Madeira, ampliou a proliferação da doença. Esta estrada ficou conhecida como “ferrovia do diabo” e foi estudada por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (CAMARGO, 2003; MIRANDA, 2013). Segundo Moura, “temos visto, em épocas sucessivas, como as febres intermitentes tem dizimado os trabalhadores da estrada (...) desmoralizando a região, e retardando a conclusão do serviço. (...) Ali não tinha, a princípio, nem médicos, nem enfermaria, nem ambulâncias” (MOURA, 1910, p. 121).

É importante salientar que desde sua saída de Belém até sua chegada a São João do Araguaia, Moura vai descrevendo os problemas gerados pelas febres intermitentes. Segundo ele, a ampliação destas febres ocorre durante o inverno, época das colheitas, em que

aquella massa de forasteiros e exploradores é perseguida pelas febres intermitentes, que dizimam anualmente muitos delles, o que é determinado pelo pouco cuidado com que essa gente vai ás matas – sem calçado, pisando em charcos, logo pela madrugada, bebendo agua das fontes infecciosas, mal se abrigando em palhoças provisórias contras as chuvas abundantes, e alimentando-se insufficientemente. (MOURA, 1910, p. 114)

Moura aponta para a descoberta da goma elástica extraída do caucho pelos irmãos Pimentel, criadores de gado, ao passarem pelo Burgo Agrícola de Carlos Leitão, que gearam também muitos lucros para o estado. Mesmo que as zonas de extração do látex do caucho também fossem focos de disseminação da malária, estas

não eram criticadas ou mesmo citadas por Ignácio Moura, nos levando a relativizar a preocupação deste com as doenças ou sua população local. Devido a ser um produto desejado e extremamente rentável para o estado, as intenções do governo e de seus membros era manter a atividade ao mesmo tempo em que fossem implantadas condições para o desenvolvimento da criação de gado no Burgo Itacayunas. Quando as questões de higiene e sanitárias eram levadas em consideração e a malária tida como um dos principais males da região, ela era dita em relação apenas aos castanhais. Ao comentar sobre o povoado do Lago Vermelho, próximo ao Burgo, informa que aquelas casas formavam um conjunto de população de “60 almas, todos lavradores, caçadores e tiradores de castanha” (MOURA, 1910, p. 227). As casas eram de palha, mal abrigadas, porém higiênicas. Prossegue afirmando que a população gozaria de muita saúde não fossem as “febres trazidas, no inverno, dos castanhaes, que abundam na margem direita, semeada em extensa zona, de lagos e lagôas” (Idem). Moura ainda faz uma comparação entre as condições do Lago Vermelho e as do Burgo em relação à doença e suas atividades econômicas:

Os habitantes do Burgo vieram para ali espontaneamente, achavam-se satisfeitos, só lamentando os inconvenientes da pobreza, que é extrema entre eles, por terem sido espoliados dos seus bens com a guerra civil da Boa-Vista. Gozam de boa saúde, e só encontrei doze pessoas atacadas de febres intermitentes, geralmente devido á infecção dos castanhaes onde trabalhavam. O Coronel Carlos Gomes Leitão lucha, entre muitas outras dificuldades, com a animosidade intransigente dos seus antigos adversários políticos, que procuram fazer-lhe mal, prejudicando o desenvolvimento, ora aconselhando as familias a arribarem, sem se importarem com os contractos nem com os adiantamentos já recebidos por eles (MOURA, 1910, p. 254).

Isto demonstra que as intenções de Sodré, retificadas por Moura, eram mais específicas, isto é, de transpor a mão de obra dos castanhais e direcioná-las para as atividades pastoris, não relacionando as febres intermitentes à goma elástica nem ao caucho⁶. Os discursos políticos eram bem direcionados às intenções econômicas para

⁶ É certo que a descoberta do caucho pelos irmãos Pimentel na região ocorreu no mesmo período em que Ignácio Moura viajou e que não havia ainda sua extração em grande escala, mas ao longo de todo o livro o autor identifica as “febres intermitentes” apenas advindas da região dos castanhais.

a região. Ao mesmo tempo em que estas críticas eram logradas, a área do Burgo era comparada às outras da região, próximas, como ideais para atividades agropastoris:

O primitivo estabelecimento, onde se asylaram durante quasi um anno os foragidos das luctas sanguinolentas da Bôa-Vista, estava situado bem junto á foz do rio Itacayuna, único affluente importante da margem esquerda do Tocantins, desde Alcobaça até ao Araguaya. Era logar de uma topografia bem escolhida ; edificaram-se ali algumas barracas, fez-se até uma limitada plantação ; porém as febres intermitentes assolaram de tal fôrma os immigrants, que lhes ocasionaram verdadeira debandada, retirando-se uns para a Colônia Militar de S. João do Araguaya, outros para diversos pontos do rio, ficando, porém, a maior parte fiel aos compromissos tomados com o concessionário, que com elles se retirou, para formar um novo estabelecimento, em Agosto de 1895, a 18 kilometros no rio abaixo, na mesma margem esquerda, logar em que então se achava o Burgo (MOURA, 1910, p. 250).

Prossegue afirmando que a situação topográfica daquele núcleo preenchia todas as boas condições necessárias a um futuro estabelecimento. Identifica as estações como regulares, o clima ameno, a temperatura agradável e condizente com a pecuária, pois “nunca vi attingir ao maximo de 28° centigrados, o que contribue para satisfactorio estado hygienico, demonstrado pela população sadia que lá se achava” (MOURA, 1910, p. 250). Assim, afirma que só havia casos de febres intermitentes entre as pessoas que iam acidentalmente colher castanhas na outra margem do rio ou em castanhais nesta mesma margem, conhecidos como pontos de infecção da moléstia. O próprio Moura aponta que sofreu destas febres:

tomei algumas gramas de sufáto de quininum, que o patrão tirou da sua ambulância, apesar do que, passei uma noite má, a ouvir minha llucinação febril os gritos compassados do piloto, como se eu estivesse na caserna de uma fortaleza, percebendo as sentinellas chamarem ás armas cada momento. (MOURA, 1910, p. 298)

5. Conclusão

Como pode-se perceber com a explanação, o investimento na região do Sudeste paraense, em especial o Burgo Agrícola de Itacayunas, promovida por Lauro Sodré, visava desenvolver a região em um momento em que a alta produção estadual do látex fez com que a maioria da população se desprendesse das outras atividades

econômicas, como agropastoris, e se concentrasse nas seringueiras, no caucho e nos castanhais. Ao mesmo tempo, o grande território somado às questões fundiárias do norte e nordeste geraram a preocupação em manter os limites do estado. Para tentar amenizar estes problemas, o governo estadual decidiu por colonizar o sudeste paraense, promovendo incentivos fiscais, redução dos impostos dos produtos agrícolas, doação de terras e subsídios aos interessados em desenvolver a agricultura e a pecuária na região do burgo.

Para fiscalizar seus investimentos, foi promovida a viagem de Ignácio Baptista de Moura, engenheiro-historiador-geógrafo. Além de fiscalizar, o deputado deveria organizar as construções de escolas e definir os melhores investimentos de acordo com as realidades físicas, topográficas e naturais. Identificando a pecuária como a atividade ideal para o burgo, o viajante contribuiu com a construção de um discurso que pretendia deslocar a mão de obra das atividades extrativas, especialmente dos castanhais – e não do caucho, muito lucrativo – para esta nova política econômica. Nesta perspectiva, a educação sanitária e o saneamento rural apareceram com fundamentais e o autor estabeleceu uma relação direta entre a epidemia de malária ou, como ele intitula, as “febres intermitentes”, e a extração da castanha. Com isso, a doença tornou-se mais um item que justificava a alteração da dinâmica econômica neste processo de colonização da região sudeste do Pará, auxiliando no fortalecimento do discurso político de Lauro Sodré.

Esta interpretação que contempla o uso de doenças e epidemias nos discursos políticos referentes ao Sul e Sudeste do Pará, inovadora em meio à historiografia sobre o assunto, abre novas possibilidades de análise, como a inserção destes debates em meio aos documentos oficiais e nas políticas educacionais dos governos estaduais da Primeira República no Pará, por exemplo.

REFERÊNCIAS

BARROS, João Maria. Segunda parte: A colonização; Navegação; Transporte aéreo. In: MARABÁ. Prefeitura Municipal. **A história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vivia e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização.** De 1892 até nossos dias. Ademir Braz et. all. Marabá, 1984.

CAMARGO, E. P. Malária, maleita, paludismo. **Ciência e Cultura.** Vol. 55, n 1. São Paulo: Jan/Mar, 2003.

CARNEIRO, Aldair José Dias. **Os castanhais do sudeste do Pará:** cotidianos e discursos (1930-1964). Tese de Doutorado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2018.

CASTRO, E. (Org.). **Cidades na floresta:** São Paulo: Annablume, 2008.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. Os diários de viagem de Cunha Mattos e Ignácio Moura (1839-1910) – um breve estudo da paisagem do Itacaiúnas. In: _____; ALVES, Davison Hugo Rocha; NEVES NETO, Raimundo Moreira das. (org.). **Perspectivas de pesquisa em História na Amazônia:** natureza, diversidade, ensino e direitos humanos. Belém: Açaí, 2017.

COELHO, Marilce Oliveira . **O grupo dos novos:** memórias literárias de Belém do Pará. 1. ed. BELÉM: Editora Universitária UFPA, 2005.

CORMINEIRO, Olivia Macedo Miranda. Dos abismos: imaginação e tradição na tessitura da narrativa sobre os rios Araguaia e Tocantins em Ignácio Baptista de Moura e J. A. Leite Moraes. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais.** Vol. 12, nº 1, 2015.

COSTA, D. A. Martins. **A malária e suas diversas modalidades clínicas.** Rio de Janeiro: Imprensa a Vapor Lombaerts & Comp, 1885.

COSTA, Wilma Peres. Narrativas de Viagem no Brasil do século XIX – Formação do Estado e Trajetória Intelectual. (Org.) BASTOS, Elide, RIDENTI, Marcelo e ROLAND, Denis. **Intelectuais e Estado.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

EMMI, Marília. A oligarquia da castanha: crise e rearticulação. In: CASTRO, Edna M. Ramos de; HÉBETTE, Jean. (Org.) **Na trilha dos grandes projetos:** modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989, p. 127-161.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; MORAES, Tarcísio Cardoso. Ignácio Baptista de Moura, polígrafo, 1857-1929. **Estudos Amazônicos,** v. 2, p. 69-73, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Occhiacci di legno**: nove riflessioni sulla distanza. Milano: Feltrinelli, 1998.

LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. “O celeiro da Amazônia”: agricultura e natureza no Pará da virada do século XIX para o XX. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 157-181, jan./jun. 2015.

LEED, Richard. **La mente del viaggiatore**: Dall’Odissea al turismo globale. Bolonha: Il Mulino, 1992.

MIRANDA, Aristoteles Guilliod de. **A epidemiologia das doenças infecciosas no início do século XX e a criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MORAES, Roque e GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MORAES, Tarcísio Cardoso. **A Engenharia da história**: natureza, geografia e historiografia na Amazônia. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2009.

MOURA, Ignácio (Org.). **Anuário de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916**: histórico, artístico e comercial. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

_____. **De Belém a S. João do Araguaia**: valle do Rio Tocantins. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.

PLUET-DESPATIN, Jacqueline. **Une contribution a l’histoire des intellectuelles**: les revues. Cahiers de L’Institut du temps present; sociabilités intellectuelles, lieux, milieu, réseaux, mars 1992.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e cultura no Sudeste do Pará**: Marabá (1968-1988). Tese de Doutorado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, Rene (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SODRÉ, Lauro. **Mensagem**. Congresso do Estado do Pará, 1893.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WEINSTEIN, Bàrbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1859-1920). São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. "The Bloomsbury fraction". In: **Problems in materialism and culture**. Londres, Verso Editions, 1982.